

HABEAS CORPUS Nº 243.970 - MG (2012/0109968-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADVOGADO : TATIANA MELO ARAGÃO BIANCHINI - DEFENSORIA
PÚBLICA DA UNIÃO
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
PACIENTE : LUFU MUKADI

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LUFU MUKADI no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, mais 583 dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Segundo os fatos apurados, o réu foi preso em flagrante no Aeroporto Internacional de Confins/MG, transportando para Lisboa/Portugal aproximadamente **5,600kg (cinco quilos e seiscientos gramas) de cocaína** escondidos em um instrumento musical (bateria) – e-STJ fls. 37/38.

Defesa e acusação apelaram. Ambos os recursos foram desprovidos (e-STJ fls. 58/70).

Os embargos de declaração defensivos foram rejeitados (e-STJ fls. 72/76).

No Superior Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública da União aponta ilegalidade no cálculo da pena.

Pleiteia, liminarmente e no mérito, a redução da pena-base, a aplicação do redutor estabelecido no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 e a alteração do regime inicial prisional.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fl. 85).

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal, às e-STJ fls. 124/127, manifestou-se pela

Superior Tribunal de Justiça

denegação da ordem.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

O *habeas corpus* está prejudicado.

Consoante consulta ao endereço eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos autos do processo de Execução n. 0944515-35.2013.8.13.0024, foi emitido atestado da pena pelo Juízo da Comarca de Belo Horizonte/MG, certificando o integral cumprimento da sanção em **26/7/2015**.

Diante de tais considerações, portanto, é forçoso reconhecer a perda superveniente de objeto do *writ*.

Ante o exposto, com base no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator